



UNIVERSIDADE DO SUL DE SANTA CATARINA
RAFAEL SIGNORINE DA SILVA

**A EFICIÊNCIA DOS SISTEMAS DE VIGILÂNCIA, PROTEÇÃO E SEGURANÇA:
UM ESTUDO NA ESCOLA PÚBLICA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO BÁSICA ARI
LACERDA RODRIGUES – SÃO BERNARDO DO CAMPO/SP.**

São Bernardo do Campo
2019.

RAFAEL SIGNORINE DA SILVA

**A EFICIÊNCIA DOS SISTEMAS DE VIGILÂNCIA, PROTEÇÃO E SEGURANÇA:
UM ESTUDO NA ESCOLA PÚBLICA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO BÁSICA ARI
LACERDA RODRIGUES – SÃO BERNARDO DO CAMPO/SP.**

Monografia apresentada ao Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* em Segurança Privada, da Universidade do Sul de Santa Catarina, como requisito à obtenção do título de Especialista em Segurança Privada.

Orientação: Prof. João Schorne de Amorim, MSc.

São Bernardo do Campo

2019.

RAFAEL SIGNORINE DA SILVA

**A EFICIÊNCIA DOS SISTEMAS DE VIGILÂNCIA, PROTEÇÃO E SEGURANÇA:
UM ESTUDO NA ESCOLA PÚBLICA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO BÁSICA ARI
LACERDA RODRIGUES – SÃO BERNARDO DO CAMPO/SP.**

Esta Monografia foi julgada adequada à obtenção do título de Especialista em Segurança Privada e aprovado em sua forma final pelo Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* em Segurança Privada, da Universidade do Sul de Santa Catarina.

São Bernardo do Campo, 25 de abril de 2019.

Professor orientador: João Schorne de Amorim, MSc.

Universidade do Sul de Santa Catarina

Professor Arguidor: Joel Irineu Lohn, MSc.

Universidade do Sul de Santa Catarina

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho aos meus familiares e amigos, que sempre me apoiaram nessa difícil caminhada.

Dedico ainda, a todas as pessoas que de alguma forma me ajudaram nesta caminhada.

AGRADECIMENTOS

A esta universidade, seu corpo docente, direção e administração que oportunizaram a janela que hoje vislumbro um horizonte superior, eivado pela acendrada confiança no mérito e ética aqui presentes.

Agradeço a todos os professores por terem me proporcionado toda essa evolução profissional, mental e psicológica.

RESUMO

O presente trabalho tem como foco de pesquisa entender se os sistemas de vigilância, proteção e segurança existentes na Escola Emeb. Ari Lacerda Rodrigues são eficientes para garantir a proteção do patrimônio e das crianças e adolescentes. O tema violência, seja violência física ou ao patrimônio público escolar, nos últimos anos vem sendo bastante pesquisado e discutido em debates de estudiosos, em campanhas eleitorais, monografias, entre outros, gerando uma reflexão bastante importante e necessária. A escola vive um momento de crise e com isso os alunos manifestam-se de diversas formas, sendo que uma delas é através da violência. Neste sentido, o presente trabalho busca entender a fundo os conceitos de violência escolar, bem como destrinchar se a atual segurança pública está preparada para combater estes diversos tipos de violências supracitadas acima.

Palavras-chave: violência, segurança pública, escola.

ABSTRACT

The present work has as a research focus to understand if the systems of surveillance, protection and security existent in the Emeb School. Ari Lacerda Rodrigues are efficient to guarantee the protection of the patrimony and of the children and adolescents. The issue of violence, whether physical violence or public school property, in recent years has been widely researched and discussed in scholarly debates, in election campaigns, monographs, among others, generating a very important and necessary reflection. The school lives in a moment of crisis and with this the students manifest themselves in different ways, one of which is through violence. In this sense, the present work seeks to understand in depth the concepts of school violence, as well as to unravel if the current public security is prepared to combat these several types of violence mentioned above.

Key words: *violence, public safety, school*

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	17
1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO.....	17
1.2 PROBLEMATIZAÇÃO E PERGUNTA DE PESQUISA.....	18
1.3 OBJETIVOS.....	19
1.3.1 Objetivo Geral.....	19
1.3.2 Objetivos Específicos.....	19
1.4 JUSTIFICATIVA.....	19
1.5 ESTRUTURA DA MONOGRAFIA.....	21
 2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA.....	 22
2.1 CONCEITO DE VIOLÊNCIA.....	22
2.1.1 Violência no âmbito social atual.....	22
2.1.2 Convivo entre estudantes e corpo docente no âmbito escolar.....	25
2.1.3 Incidentes violentos e criminosos provocados por alunos no âmbito escolar.....	26
2.2 VIOLÊNCIA NAS ESCOLAS.....	28
2.2.1 A violência e criminalidade externa invade o âmbito escolar.....	30
2.3 PRINCÍPIOS BASILARES DA EDUCAÇÃO.....	31
2.3.1 Conceito de cidadania.....	33
2.3.2 Cenário do ensino público atual.....	35
 3 METODOLOGIA.....	 39
4.1 INSTRUMENTOS E PROCEDIMENTOS DE COLETA DE DADOS.....	40
 4 APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS.....	 41
 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	 49
 REFERÊNCIAS.....	 51

1 INTRODUÇÃO

Esta pesquisa está vinculada ao curso de Especialização em Segurança Privada da Universidade do Sul de Santa Catarina. Busca-se, como se verá, investigar um assunto interdisciplinar que abrange a Segurança Escolar nas escolas públicas, dando um enfoque maior, no estudo da ESCOLA PÚBLICA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO BÁSICA ARI LACERDA RODRIGUES, relacionado aos problemas oriundos da violência escolar.

1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO

De acordo com Minayo (s/d, p. 22) “violência não é um problema médico típico, é, fundamentalmente, um problema social que acompanha toda a história e as transformações da humanidade.”

Após vários estudos e colocações principalmente abordando os efeitos deste fenômeno que a Organização Mundial da Saúde no ano de 2002 definiu violência como sendo,

[...] uso intencional da força física ou do poder real ou em ameaça, contra si próprio, contra outra pessoa, ou contra um grupo ou uma comunidade, que resulte ou tenha qualquer possibilidade de resultar em lesão, morte, dano psicológico, deficiência de desenvolvimento ou privação (KRUG et al., 2002, p. 5).

Ao longo do tempo e da percepção do ser humano foram abrangidos novos tipos de violências como: discriminação por cor, sexo, idade, etnia, religião, escolha sexual, entre outros (BONAMIGO, 2008).

De acordo com Costa (2011, p. 15) “nas escolas a violência é manifestada das mais diversas formas, tornando-se objeto da atenção de toda a sociedade, principalmente de estudiosos e pesquisadores”.

Para Souza (2008, p. 119) “observa-se, dentro das escolas, crianças e adolescentes cometendo infrações que se caracterizam por agressões verbais, físicas, pichações, *bullings*, e furtos, sem nenhuma causa aparente que justifique tais ações ou comportamentos.”

Para Veronese e Oliveira (2008, p. 130) “a escola de fato precisa se mostrar como um ambiente capaz de reestruturar a realidade dos menores infratores, ou seja, deve servir de elemento de efetiva construção de elementos éticos e morais.”

A escola vive um momento de crise e com isso os alunos manifestam-se de diversas formas, sendo que uma delas é através da violência.

Neste sentido, o presente trabalho busca entender a fundo os conceitos de violência escolar, bem como destrinchar se a atual segurança pública está preparada para combater estes diversos tipos de violências supracitadas acima.

1.2 PROBLEMATIZAÇÃO E PERGUNTA DE PESQUISA

O presente trabalho tem como foco de pesquisa entender se os sistemas de vigilância, proteção e segurança existentes na Escola são eficientes para garantir a proteção do patrimônio e das crianças e adolescentes.

O tema violência, seja violência física ou ao patrimônio público escolar, nos últimos anos vem sendo bastante pesquisado e discutido em debates de estudiosos, em campanhas eleitorais, monografias, entre outros, gerando uma reflexão bastante importante e necessária.

De acordo com Minayo (s/d, p. 22) “violência não é um problema médico típico, é, fundamentalmente, um problema social que acompanha toda a história e as transformações da humanidade.”

Após vários estudos e colocações principalmente abordando os efeitos deste fenômeno que a Organização Mundial da Saúde no ano de 2002 definiu violência como sendo,

[...] uso intencional da força física ou do poder real ou em ameaça, contra si próprio, contra outra pessoa, ou contra um grupo ou uma comunidade, que resulte ou tenha qualquer possibilidade de resultar em lesão, morte, dano psicológico, deficiência de desenvolvimento ou privação (KRUG et al., 2002, p. 5).

Neste sentido, a violência nas escolas tem se mostrado cada vez mais presente no ambiente escolar, e devemos reconhecê-la até mesmo como consequência do momento histórico vivido pela sociedade. Partimos, porém, do pressuposto de que uma educação voltada para os princípios de diálogo e conscientização para a cidadania é de extrema importância para que haja mudança de comportamento por parte dos que praticam violência contra ou dentro da escola. Nesse sentido, após ampla pesquisa bibliográfica, buscamos identificar na realidade escolar o envolvimento dos alunos com a escola e relacioná-lo com a prática de atitudes violentas em seus limites.

Através dos estudos e relatos percebeu-se que na escola estudada a violência se apresenta por meio de agressões físicas e agressões verbais, com constantes xingamentos e intimidações, incluindo ainda, furtos e a presença das drogas e bebidas alcoólicas dentro da escola.

Pode-se considerar que tal violência tem decorrências históricas e sociais. Portanto, não pode vincular a violência nas escolas a um único fator, pois envolve o espaço social onde a escola está inserida, a situação familiar dos estudantes e a atitude do poder público para com a educação, entre outros fatores.

Diante dessa situação fática, e delimitando a pesquisa focada na Escola Pública Municipal de Educação Básica Ari Lacerda Rodrigues, emerge a seguinte pergunta: **Os mecanismos de segurança da referida escola são satisfatórios? Quais mudanças podem e devem ser tomadas para garantir a segurança dos alunos?**

1.3 OBJETIVOS

1.3.1 Objetivo Geral

Analisar se os sistemas de vigilância, proteção e segurança existentes na Escola Pública Municipal de Educação Básica Ari Lacerda Rodrigues, são eficientes para garantir a proteção do patrimônio e das crianças e adolescentes.

1.3.2 Objetivos Específicos

- a. Identificar a Escola Pública Municipal de Educação Básica Ari Lacerda Rodrigues contextualizando-a quanto à localização, vinculação governamental, história e comunidade escolar;
- b. Analisar a Segurança Escolar e suas especificidades dentre de uma visão sistêmica de Segurança Privada;
- c. Verificar como funciona o sistema de segurança da Escola Pública Municipal de Educação Básica Ari Lacerda Rodrigues por meio de com um levantamento dos pontos fortes e fracos sob o ponto de vista da prevenção.

1.4 JUSTIFICATIVA

Escola Pública Municipal de Educação Básica Ari Lacerda Rodrigues, está localizada R. Primeiro de Maio, 180 - Bairro dos Casas, São Bernardo do Campo - SP, 09840-770, fazendo parte da Administração Pública da Cidade de São Bernardo do Campo.

A Escola Municipal de Educação Básica do Jardim Ipê II passou a se chamar Ari Lacerda Rodrigues. A denominação oficial aconteceu segunda-feira, 12/9/2005, em solenidade que contou com a presença do prefeito William Dib, autoridades municipais e familiares do homenageado. O nome da unidade foi definido pelo projeto de lei n.º 5.323 de 20 de julho de 2004, de autoria dos então vereadores Hiroyuki Minami e Edinho Montemor, hoje deputado federal. A escola foi inaugurada em 2003 e atende 1.024 alunos de 1ª a 5ª série.

Um dos problemas enfrentados por esta escola supracitada e dentre outras da cidade de São Bernardo do Campo, está relacionada à violência. Violência esta que pode abranger furtos, vandalismo, invasões etc...

A violência tem se tornado, paradoxalmente, uma distinta fonte de motivação indesejável para reflexão e mudança nas escolas. Dada à complexidade do fenômeno e a difícil tarefa de conceituá-la, esse texto tem a pretensão de discutir o tão complexo conceito de violência resgatando a forma pela qual alguns autores, tais como Andrade (2007), Costa (1986), Mendes (2009), Michaud (2001) e Bobbio (2009) o abordam. O termo violência é polissêmico, com diferentes definições. Segundo o Dicionário, O novo Aurélio Século XXI “Violência do lat. *Violentia*, qualidade de violento. Ato violento. Ato de violentar. Constrangimento físico ou moral; uso da força; coerção” (FERREIRA, 1999, p. 2076).

Ainda abordando sobre o conceito de violência, como diria Andrade (2007, p.1): “A violência. Fácil senti-la; mas, difícil conceituá-la e explicá-la”. O autor critica alguns psicanalistas por naturalizarem a violência, de modo a torná-la intrínseca ao ser humano. Desta forma, Andrade atribui à violência uma importância categórica na biografia humana, mas não chega a naturalizá-la, embora a entenda, em parte, como biológica, ou seja, instintiva, quando os seres humanos viviam segundo a natureza e não, segundo a cultura. Todavia, vê na cultura um fator determinante para a existência da violência. (ANDRADE, 2007, p. 3)

No mais, adentrando especificamente na violência escolar, tendemos a pensar que a violência na escola é um fato novo, principalmente porque são cada vez mais frequentes notícias de algum tipo de violência no ambiente escolar. Segundo Charlot (2002), a questão da violência na escola não é um fenômeno novo “assim, no século XIX, houve, em certas escolas do 2º grau, algumas explosões violentas, sancionadas com prisão” (CHARLOT, 2002, p.432) assim como as relações bastante grosseiras entre alunos nos anos 50 ou 60. No entanto o autor ressalta que as violências ocorridas na escola podem não ser novidade, mas elas assumem formas e dimensões inéditas.

Conforme as autoras Abramovay e Priotto a violência escolar se expressa através dos seguintes eventos: violência física, agressão física, violência simbólica e violência verbal incluída o *bullying*.

Neste sentido, o Município de São Bernardo do Campo, deve prezar pela segurança da região onde está localizada a escola Pública Municipal de Educação Básica Ari Lacerda Rodrigues, buscando assim, minimizar a criminalidade na região.

1.5 ESTRUTURA DA MONOGRAFIA

Este texto monográfico está organizado em cinco capítulos, conforme segue abaixo:

O primeiro capítulo traz no seu bojo a contextualização em que se encontra o tema abordado, convidando o leitor a conhecer o conteúdo do trabalho como um todo.

No segundo capítulo se contextualiza o conceito de violência, o conceito de violência nas escolas e desenvolve-se um raciocínio que caracteriza os Princípios inerentes a Educação., bem como demonstra-se como a Educação está garantida perante a atual Constituição Federal.

O terceiro capítulo descreve em detalhes a Escola Pública Municipal de Educação Básica Ari Lacerda Rodrigues, percorrendo a respeito dos problemas que ocorrem dentro do ambiente, com foco na segurança pública. Também apresenta os instrumentos e procedimentos usados para a coleta de dados, proporcionando gerar informações fundamentais para o desenvolvimento desse trabalho acadêmico científico.

O quarto capítulo traz os argumentos sobre os resultados obtidos, descrevendo-os quanto à forma uni variada e bivariada de como foram analisados. Por fim, há uma síntese a respeito da segurança pública.

O quinto capítulo traz as considerações finais, onde o pesquisador discorre sobre os desafios da pesquisa, suas dificuldades, as conclusões do estudo, a declaração de que os objetivos foram cumpridos, bem como algumas sugestões para o aprimoramento do processo da segurança pública na Escola que foi devidamente estudada.

As Referências bibliográficas e os Anexos encerram este relatório de pesquisa.

2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

2.1 O CONCEITO DE VIOLÊNCIA

Se procurarmos o significado do termo violência nos dicionários de português, encontraremos lá descrito como uma “qualidade ou estado do que é violento; força empregada contra o direito natural de outrem; ação que se faz com o uso da força bruta; crueldade; força; tirania; coação” (AZEVEDO, 2004, p. 03).

O termo violência vem do latim, *violentia* que significa violência, caráter bravio. Para Michaud (1989, apud CARREIRA, 1996, p.02), afirma que “a força se torna violenta quando passa da medida ou perturba uma ordem”.

A violência se manifesta por meio da tirania, da opressão e do abuso da força. Ocorre do constrangimento exercido sobre alguma pessoa para obrigá-la a fazer ou deixar de fazer um ato qualquer. Existem diversas formas de violência, tais como as guerras, conflitos étnico religiosos e banditismo.

Segundo o entendimento de Camargo (2010, p.01):

As causas da violência são associadas, em parte, a problemas sociais como miséria, fome, desemprego. Mas nem todos os tipos de criminalidade derivam das condições econômicas. Além disso, um Estado ineficiente e sem programas de políticas públicas de segurança, contribui para aumentar a sensação de injustiça e impunidade, que é, talvez, a principal causa da violência.

Sendo assim, conforme será exposto ao longo do presente trabalho, o conceito de violência é complexo, onde envolve diversos fatores, que devem ser precisamente analisados e abordados.

2.1.1 Violência no âmbito social atual

A violência sempre esteve presente na história do ser humano. Antigamente, era através da violência que os homens da pré-história asseguravam sua sobrevivência. Hoje em dia, a violência é usada para passar medo, é sinônimo de possuir “poder”.

De acordo com Azevedo (2004, p. 05):

A violência pode igualmente ser considerada de âmbito público ou de âmbito privado. A primeira é mais visível, influi e distorce a imagem da sociedade. É a que mais preocupa o Estado, pois é geradora de polêmica. A segunda é mais recôndita, como é o caso da violência familiar, com o Cônjuge ou com os descendentes.

A temática violência não é um assunto novo nos debates atuais e muito menos uma prática recente, é uma questão antiga presente na sociedade mundial, pois desde a antiguidade práticas violentas já ocorriam. A partir do século XIX a violência começou a ser discutida e caracterizada como um fato social, provocando a preocupação do poder público, de acordo com a autora, *“a violência é considerada um fenômeno biopsicossocial cuja complexidade dinâmica emerge na vida em sociedade, sendo que esta noção de violência não faz parte da natureza humana por não possuir raízes biológicas. Por isso, a compreensão desta leva à análise histórica, sociológica e antropológica, considerando as interfaces das questões sociais, morais, econômicas, psicológicas e institucionais (MINAYO, 1994 apud HAYECK, 2009, p.3)”*

Conforme explana Minayo, a prática da violência, é feita no dia a dia da sociedade, com a quebra e desrespeito de leis, onde passam de um simples desentendimento à violência, degenerando a qualidade de vida, o convívio social e causando o isolamento dos indivíduos.

Dessa forma podemos entender que a violência social é um fenômeno da sociedade, resultado do convívio social. De acordo com Minayo (1994)

“é, hoje, praticamente unânime, por exemplo, a ideia de que a violência não faz parte da natureza humana e que a mesma não tem raízes biológicas. Trata-se de um complexo e dinâmico fenômeno biopsicossocial, mas seu espaço de criação e desenvolvimento é a vida em sociedade”.

Conforme explana Rocha (1996, p. 10 apud LEVISKY 2010, p. 6-7),

“a violência, sob todas as formas de suas inúmeras manifestações, pode ser considerada como uma força que transgrede os limites dos seres humanos, tanto na sua realidade física e psíquica, quanto no campo de suas realizações sociais, éticas, estéticas, políticas e religiosas. Em outras palavras, a violência, sob todas as suas formas, desrespeita os direitos fundamentais do ser humano, sem os quais o homem deixa de ser considerado como sujeito de direitos e de deveres, e passa a ser olhado como um puro e simples objeto”.

Neste sentido, a violência grassa todos os ambientes e grupos sociais, sem distinção. Existe violência nas famílias, na escola, no trabalho, na rua, enfim, em todos os locais. As ruas como espaços públicos de convivência, por vezes vira o espaço da insegurança, da violência pela polícia, pelo "marginal" e pelo cidadão comum. Segundo Álvaro de Aquino e Silva Gullo (1998, p.105) *“a violência, considerada como um fenômeno social, é analisada como um filtro que permite esclarecer certos aspectos do mundo social porque denota as características do grupo social e revela o seu significado no contexto das relações sociais”*.

Dessa forma, “a violência é inerente às relações sociais e varia de acordo com a particularidade dessas relações em diferentes grupos e sociedades historicamente considerados” (GULLO, 1998, p. 106). A violência social pode ser considerada então como uma expressão da sociedade, *“uma resposta a um sistema que se associa à forma de poder vigente onde a oposição entre dominante e dominado se reproduz de acordo com o contexto das relações sociais que o grupo desenvolve e, conseqüentemente, desemboca em medidas legais e jurídicas do próprio sistema”*. (GULLO, 1998, p. 106)

A partir disso, Gullo define a violência social a partir de três pontos principais:

“1. A violência é um fenômeno social inerente a qualquer tipo de sociedade; 2. A forma sob a qual se manifesta reflete o tipo de sociedade e mostra o seu significado nessa sociedade; 3. A violência depende, portanto, de estímulos provenientes da própria sociedade.” (GULLO, 1998, p. 106).

Ou seja, é impossível pensar a violência social como um fenômeno externo à sociedade, mas sim como resultado de um processo histórico que perpassa o presente e caminha rumo ao futuro, pois de acordo com Levisky (2010, p. 6), “a violência não é um estigma da sociedade contemporânea, ela acompanha o homem desde tempos imemoriais, mas, a cada tempo, ela se manifesta de formas e em circunstâncias diferentes”. Ou seja, conectado com tudo aquilo que caracteriza o convívio social, a violência social é resultado da própria sociedade.

Ademais, e não menos importante, o fenômeno da violência social e seus impactos são visíveis de fato por uma parte significativa da sociedade brasileira. Mas também, encontramos pessoas sem nenhuma experiência direta com esta violência, mas que no final das contas acabam por compartilhar das mesmas angústias e sentimentos de insegurança de quem já foi vítima deste fenômeno. De acordo com Pontes e Dias (p. 5) *“o efeito cumulativo da violência tende a dominar cada vez mais as vidas das pessoas, que assim reduzem radicalmente as suas expectativas de liberdade e se dispõem a investir em recursos próprios para aquisição de equipamentos, procurando fazer treinamento preventivo, a fim de criar mecanismos que possam proporcionar uma vida mais segura”*.

“A cidade contemporânea é perigosa, na medida em que a globalização a divide em fragmentos antagônicos, transformando-a em um conflito de forças e interesses” (SANTOS, 2009, p. 242).

A violência é capaz de bloquear o encontro natural dos sujeitos entre si, bem como sufocar as possibilidades humanas, formando uma sociedade controlada pelo medo e desconfiança. Em suma, a nova realidade política e social, o movimento em favor dos direitos

humanos passou a dirigir sua atenção para os problemas da violência policial e da violência urbana (MESQUITA NETO, 1998, p. 32-33). De acordo com Santos (2009, p. 241) *“os moradores, conforme sua compreensão intuitiva da “realidade das coisas” acostumaram-se com seu caráter mutante (senso comum) e sua necessária identificação com essas mudanças; sem buscar compreender – de forma crítica – teorizar e resistir, apropriam-se delas dentro de uma lógica do caos”*.

Ou seja, a vivência cotidiana de uma situação marcada pelo aumento da criminalidade violenta constitui-se em uma experiência peculiar no cenário brasileiro, à violência social acaba por se representar na sociedade como parte dela. “A violência, muitas vezes, situa-se à margem de suas atividades diárias e, outras vezes, passa a ser o meio de sobrevivência das pessoas” (SANTOS, 2009, p. 241).

Enfim, a violência social e a insegurança que atingem as pessoas são elementos que estão relacionados ao cotidiano de quem convive nas cidades. Entender esses elementos será uma das formas de levarmos aos poderes públicos respostas para certas incógnitas relacionadas aos efeitos de políticas públicas implantadas nas cidades.

2.1.2 Convívio entre estudantes e corpo docente no âmbito escolar

Por muito tempo, se falou da falta de interesse dos alunos, onde assim, existe a falta de comprometimento por parte dos professores, a falta de estrutura física, a falta de amparo familiar, a falta de segurança pública, ou seja, diversos fatores que contribuem para uma educação defasada.

Um espaço que deveria ser de excelência, de cultura, de aprendizado, de exemplo, tem sido utilizado, para disseminação de ódio, revolta e atos de violência em geral.

De acordo com Lopes (2002 apud ALEXANDRE, 2009, p. 31):

As crianças estão inseridas em diferentes ambientes sociais institucionais, a escola é um desses espaços. Ela tem sido apontada como um dos lugares mais importantes na construção de quem somos; a escola é um dos primeiros espaços em que a criança tem acesso longe da vigilância da família a outros modos de seres humanos diferentes daqueles do mundo relativamente homogêneo da família.

Nesse sentido, é nas escolas que as crianças e adolescentes se relacionam com diferentes tipos de pessoas. É no ambiente escolar que deveriam passar a maior parte do seu dia a dia, buscando sempre uma evolução pessoal. Porém, é notório que isso não ocorre, muito pelo contrário, o que vemos é um cenário de guerra, um cenário marcado por guerra e violência, um local sem regras e ordens, onde muitas vezes, professores são feitos reféns de um sistema corrupto.

Bernard Charlot (2002 apud SALES; SILVA, p. 150) discorre:

Nas escolas, os adolescentes e jovens interagem com os outros, adolescentes e jovens, que são diferentes deles ou de seu grupo de referência em função, entre outros aspectos, da cor, da sexualidade, da nacionalidade, do corpo, da classe socioeconômica. No espaço escolar essa interação com o diferente, quando não é problematizada, se dá por meios de relações interpessoais pautadas por conflitos, confrontos e violência.

Por obviedade, relações interpessoais positivas entre professor e aluno são fundamentais no processo de aprendizagem e evolução. Ambos trocam conhecimento, trocam impressões de realidades, trocam informações e acabam crescendo com isto. Muitas vezes o professor não consegue ter uma boa relação com a turma por pensar que demonstrar afetividade e “manter a disciplina” são atos incompatíveis.

Estabelecer vínculos afetivos, de forma que não comprometam e não modifiquem a postura e a ética profissional é fundamental para o bom funcionamento do trabalho e para que o processo de aprendizagem aconteça de forma prazerosa para o professor e para os alunos.

Para Freire: “O clima de respeito que nasce de relações justas, sérias, humildes, generosas, em que a autoridade docente e as liberdades dos alunos se assumem eticamente, autêntica o caráter formador do espaço pedagógico” (1996, p. 103). Ensinar é trocar informações, é contribuir para a reconstrução de conhecimentos dos alunos e, principalmente, para que cresçam como pessoas. Educar é desenvolver o intelecto de um jovem, é fazer despertar o interesse por aprender e a vontade de mudar sua própria realidade.

Neste sentido, se as relações na escola, de uma forma geral, não estiverem devidamente equilibradas, o professor na sala de aula não fará um bom trabalho, e seu relacionamento com os alunos também poderá ficar comprometido. Mosquera e Stobäus alertam que: “*Grande parte dos problemas que um docente enfrenta podem ser provenientes de um ambiente hostil, podendo este se tornar ainda mais hostil quando se trabalha com pessoas diversas*” (2004 p.93). Para manter um bom relacionamento também precisamos entender e respeitar o fato de que as pessoas são diferentes, portanto, pensam e agem, muitas vezes, diferentemente do que gostaríamos.

2.1.3 Incidentes violentos e criminosos provocados por alunos no âmbito escolar

Nesse sentido, cenas de violência, tais como brigas, confrontos, acerto de contas e até mortes são mostradas todos os dias pela mídia. Muitos grupos se formam dentro do espaço escolar e outros fora dos muros da escola. Bernard Charlot (2002 apud SALLES; SILVA,

2008, p. 150), caracteriza a violência como: violência na escola, violência à escola e violência da escola:

A violência na escola é aquela que se produz dentro do espaço escolar, sem estar ligada a natureza e às atividades da instituição escolar: quando um bando entra na escola para acertar contas das disputas que são as do bairro, a escola é apenas o lugar de uma violência que teria podido acontecer em qualquer outro local. A violência à escola está ligada a natureza e às atividades da instituição escolar: quando os alunos provocam incêndios, batem nos professores, ou os insultam, eles se entregam a violência que visam diretamente à instituição e aqueles que a representam. Essa violência contra a escola deve ser analisada junto com a violência da escola: uma violência institucional, simbólica, que os próprios jovens suportam através da maneira como a instituição e seus agentes de orientação o tratam (modos de composição das classes, de atribuição de notas, palavras desdenhosas dos adultos, atos considerados pelos alunos como injustos ou racistas.

Essa é a realidade nas escolas. Perdeu-se totalmente o caminho pela educação. Não se existe mais o respeito pelo professor, como muitos professores não demonstram o mínimo de tato para lidarem com os alunos.

Cabe a sociedade, não só aos setores ligados à educação, através de pequenas ações o cotidiano da escola e da família, para que esta compreenda a importância dos objetivos traçados pela escola, que deve tornar possível ao aluno aquisição de conteúdos de forma mais atraente. A renovação de conteúdos de forma suscita a renovação dos métodos e das relações entre professores e alunos, das obrigações e da disciplina. Com a inovação dos métodos, os conteúdos não podem se tornar inconscientes, pois, devem proporcionar condições de conduzir a satisfação. A escola, enquanto instituição, já traz embutido o conceito de ordem, a necessidade de disciplina, utilizando-se de certas punições a fim de manter a ordem já estabelecida e tornar o aluno obediente e passivo como forma de dominação, nesse sentido, a escola acaba reduzindo a indisciplina e a agressividade do aluno. (MONTEIRO, 2019)

Neste sentido, partimos do princípio de que nenhuma criança nasce agressiva, ela torna-se de acordo com o meio, pois limite e disciplina transitam no caminho do afeto e da liberdade, e isso se reflete nos locais onde ela se insere. Segundo Içami Tiba (1996, p.173) *O maior estímulo para ter disciplina é o desejo de atingir um objetivo.*

Segundo pesquisa da OCDE, 12,5% dos professores brasileiros disseram sofrer violência verbal ou intimidação de alunos, pelo menos uma vez por semana. O Brasil ocupa a primeira posição no ranking. Em segundo lugar aparece a Estônia com 11%, seguida pela Austrália com 9,7%.

Outra pesquisa mostra que mais de 22,6 mil professores foram ameaçados por estudantes e mais de 4,7 mil sofreram atentados à vida nas escolas. Os dados são do

questionário da Prova Brasil 2015, aplicado a diretores, alunos e docentes do 5º e dos 9º anos do ensino fundamental de todo o país.

A escola precisa ser reconhecida pelos alunos e seus familiares como um ambiente social seguro, por isso, mantenha canais de comunicação sempre abertos com os alunos e suas famílias. Esse hábito ajuda na construção de um vínculo de confiança entre vocês. Afinal, quando o aluno e a família se sentem seguros e acolhidos no ambiente escolar, ao sinal de qualquer problema eles se sentirão mais confortáveis para buscar ajuda. (INTELIGÊNCIA, 2019)

Diante da multiplicidade de causas e consequências, seria insensato e hipocrisia se falar em soluções “mágicas”, especialmente a curto ou médio prazos. O que deve ser buscado gradualmente é a identificação dos fatores causais, o fortalecimento dos agentes implicados em todo o processo, a ampliação dos espaços e possibilidades de reflexão e discussão, buscando se assim, uma evolução no sistema de ensino brasileiro.

2.2 VIOLÊNCIA NAS ESCOLAS

Debarbieux (1999, p.15) aponta que a violência na escola tem três dimensões sócias organizacionais distintas:

Em primeiro lugar, à degradação no ambiente escolar, isto é, a grande dificuldade de gestão das escolas, resultando em estruturas deficientes. Em segundo, a uma violência que se origina de fora para dentro das escolas, que as tornas sitiadas. Em terceiro lugar, relaciona-se a um componente interno das escolas, específico de cada estabelecimento.

Quando discorremos a respeito da violência em escolas públicas, geralmente elas ocorrem de maneira verbal, e os alunos acabam querendo “acertar” as contas, fora do ambiente escolar.

Segundo o entendimento de Minayo et al. (1999), as instituições escolares apresentam três atitudes básicas em relação à violência: quando ocorre no âmbito doméstico, se omitem; quando cometida por aluno(s), reprimem; quando cometida por professor, minimizam ou acobertam.

Os educadores devem estar sempre atentos aos atos de provocação de alguns alunos, pois como afirma Cambridge na Revista Nova Escola (2000, p.20) ao realizar um estudo verificou que muitos dos delinquentes de sexo masculino que havia recebido uma ou duas condenações durante a adolescência não reincidiam em práticas infratoras na idade adulta.

Conforme elucida Strecht (2003) à prevenção tem um papel fundamental no controle à delinquência juvenil, visto que os adolescentes e crianças emitem claros sinais, de descontrole emocional, nos seguintes termos:

Tal como nos carros que correm para o desastre, a marcha destas vidas (pré-delinquentes) é sempre previsível. Ninguém chega a delinquente por obra do acaso. A caminhada é, várias vezes, reversível, e não raramente passa pelas nossas mãos. Mas quem vê quem escuta quem para, ou quem muda de rumos para acudir, para cuidar, para mudar? (STRECHT, 2003, p.16)

Por sua vez, muitos alunos narram que muitos professores possuem dificuldades em dialogar com eles, humilhando ignorando-os, deixando de lado seus problemas, recorrendo corriqueiramente a agressões verbais, e a exposições ao ridículo.

A escola é um ponto importante nessa tarefa de solucionar o problema da violência e delinquência de adolescente, jovens e, até mesmo de crianças, pois, como espaço privilegiado de convívio e de formação da pessoa, precisa ter qualidade e se integrar à comunidade a sua volta social já existente. Nessa perspectiva, ela é uma instância social voltada à transformação dos indivíduos, tornando-os autônomos, críticos, criativos e produtivos, capazes de desenvolver habilidades, de construir conhecimentos e de se apropriar dos valores éticos, necessários à convivência social. (INTELIGÊNCIA, 2019)

Conforme exposto, aqui no Brasil, a situação parece ser ainda mais preocupante: uma pesquisa global feita pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) com mais de 100 mil professores e diretores de escola do segundo ciclo do ensino fundamental e do ensino médio, que contempla alunos de 11 a 16 anos, colocou o Brasil no topo do ranking de violência nas escolas. Este levantamento considerou dados de 2013 e é o mais importante do tipo.

De acordo com o Diagnóstico Participativo das Violências nas Escolas (2017), feito pela Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais em parceria com o Ministério da Educação, 69,7% dos jovens afirmam terem visto algum tipo de agressão dentro da escola.

Em 65% dos casos, a violência parte dos próprios alunos; em 15,2%, dos professores; em 10,6%, de pessoas de fora da escola; em 5,9%, de funcionários; e, em 3,3%, de diretores.

Outra pesquisa que merece destaque, foi feita pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep) em 2015 acerca do convívio entre educadores e alunos. De acordo com os resultados da pesquisa, 50% dos professores haviam presenciado algum tipo de agressão verbal ou física por parte de alunos contra profissionais da escola. Quase 30 mil declaram terem sofrido ameaças de estudantes.

2.2.1 A violência e criminalidade externa invade o âmbito escolar

A escola deveria ser um lugar seguro, tanto para a criança como para o adolescente. Contudo, em muitos casos não é. De acordo com a pesquisa da Unesco, 53% dos colégios particulares não tomam os cuidados necessários para evitar a ocorrência de incidentes violentos e proteger alunos e professores. Na rede pública, esse número sobe para 65%. Segundo pesquisadores da Unesco, a violência nas escolas se manifesta por meio de agressões, roubos e assaltos, estupros, depredações, porte de armas e discriminação racial. Ainda segundo a mesma investigação, 70% dos alunos que possuem armas já as levaram para a escola.

O estudo da Unesco concluiu que um aluno não está mais seguro na sala de aula do que na rua. É surpreendente que esse problema não se limite apenas a colégios públicos, pois a violência se estende até mesmo a escolas particulares. Professores e alunos convivem com as ameaças decorrentes de atividades criminosas: tráfico de drogas, posse de armas e atuação de gangues. Hoje é muito fácil obter armas e drogas. Numerosos alunos são traficantes e frequentam a escola com um único intuito: vender drogas. Quarenta por cento dos professores atribuem o problema da violência nas escolas ao envolvimento de alunos com o tráfico.

Cabe enfatizar que, diante do âmbito do binômio pobreza e violência, alguns estudos indicam que não são as regiões mais miseráveis do país aquelas que condensam maior índice de violência. Mais do que a pobreza em termos absolutos, seria uma certa exacerbação da desigualdade social – a extremada distribuição desigual da renda ao lado da convivência de dois mundos (o dos excluídos e o dos incluídos) – uma das molduras propícias às relações de violência e suas consequências sobre a escola.

ODALIA (1991) afirma que a violência não está vinculada a modernidade que tange a nossa sociedade, mas a partir do momento em que o homem começou a se organizar em grupos é que ela passou a ser praticada.

Ademais, a violência extrafamiliar pode ocorrer na vizinhança, nos espaços públicos e também nas escolas. O ambiente escolar, que deveria ser capaz de propiciar o desenvolvimento pleno do adolescente através de aprendizagens significativas e interações sociais diversas, tem progressivamente se tornado um local de manifestação de comportamentos agressivos, conflitos e intolerância (Abramovay, 2002). A violência não é mais um problema externo a este ambiente, tornando-se inerente a ele. Não há consenso ainda em relação ao conceito de violência escolar e é comum que diferentes e diversas definições a esse respeito sejam utilizadas nas pesquisas na área. A caracterização dessa violência envolve desde agressões físicas e agressões verbais entre alunos (Salles & Silva,

2008), *bullying* (Arseneault, Bowes, & Shakoor, 2010; Craig e outros, 2009; Oliveira, Silva, Yoshinaga, & Silva, 2015), depredação dos materiais e prédios da escola (Castro, Cunha, & Souza, 2011), desrespeito, agressões e ataques contra professores (Silva, 2013), consumo de drogas e porte de armas dentro da escola (Castro, Cunha, & Souza, 2011), até preconceito e discriminação através de segregação, exclusão e indiferença (Salles & Silva, 2008). A violência também está presente na relação professor-aluno, através de desqualificação, humilhações, agressões verbais e desrespeito, especialmente na sala de aula (Silva, 2013).

A violência escolar não deve ser analisada apenas como um tipo de violência juvenil, pois a ocorrência deste fenômeno expressa à intersecção de diversos fatores: sociedade, família, escola e ainda características individuais do adolescente (Abramovay, 2002). A compreensão deste fenômeno transpassa então todos estes ambientes, e as relações estabelecidas entre eles (Freire & Aires, 2012). Os estudos têm indicado que as violências familiar, escolar e comunitária não ocorrem isoladamente no dia-a-dia desta população, estando comumente relacionadas (Assis, Avanci, Pesce, & Ximenes, 2009).

2.3 PRINCÍPIOS BASILARES DA EDUCAÇÃO

“Princípio é, por definição, mandamento nuclear de um sistema, verdadeiro alicerce dele, disposição fundamental que se irradia sobre diferentes normas compondo lhes o espírito e servindo de critério para sua exata compreensão e inteligência, exatamente por definir a lógica e a racionalidade do sistema normativo, no que lhe confere a tônica e lhe dá sentido harmônico. (INTELIGÊNCIA, 2019)

Por força constitucional, o Estado tem o dever de efetivar o direito à educação, reconhecendo seu *status* de direito subjetivo público, conforme entendimento do STF, Informativo 520, Ministro Relator Celso de Mello - AI 677274 SP:

“A educação infantil representa prerrogativa constitucional indisponível” [...] CF, art. 208, IV – reconhece o direito subjetivo público à educação para crianças de até 5 anos de idade. Ainda direito reconhecido neste Tribunal no RE nº 436996/SP e na ADPF/DF nº 45. (MONTEIRO, 2019).

Tal reconhecimento garante a cidadão lesado em seu direito, a possibilidade de o mesmo ser exigido contra o poder público de imediato e individualmente. Nesta direção assevera Ricardo Lobo Torres:

“A elevação do direito à educação como subjetivo público confere-lhe o *status* de direito fundamental, mínimo existencial, arcando o Estado, nos limites propostos, com prestações positivas e igualitárias, cabendo a este, também, através de sua função jurisdicional, garantir-lhes a execução.” (INTELIGÊNCIA, 2019)

Em complemento temos que, uma educação conscientizadora e emancipadora, que garanta qualidade de ensino e acesso a cidadania e a democracia, tem sido proposta tanto pela Nova Lei de Diretrizes e Bases da educação (1996), quanto pela Constituição Federal do Brasil (1988).

Conforme a Lei Federal nº. 9.394/96 (LDB), art. 2º: “a educação... tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”.

Art. 2º A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Art. 3º O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

- I – Igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
- II – Liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber;
- III – pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas;
- IV – Respeito à liberdade e apreço à tolerância;
- V – Coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;
- VI – Gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;
- VII – valorização do profissional da educação escolar;
- VIII – gestão democrática do ensino público, na forma desta Lei e da legislação dos sistemas de ensino;
- IX – Garantia de padrão de qualidade;
- X – Valorização da experiência extraescolar;
- XI – vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais.
- XII – consideração com a diversidade étnico-racial. (Incluído pela Lei nº 12.796, de 2013)

Cabe enfatizar que uma importante conquista que houve diante da Constituição de 1988 foi definir, em seu artigo 208, parágrafo 1º, que o acesso ao ensino obrigatório e gratuito é direito público subjetivo (BRASIL, 1988), conquista mantida pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB nº 9394/96, no seu artigo 5º. (BRASIL, 1996), que assegura que: o acesso ao ensino fundamental é direito público subjetivo, podendo qualquer cidadão, grupo de cidadãos, associação comunitária, organização sindical, entidade de classe ou outra legalmente constituída, e, ainda, o Ministério Público, acionar o Poder Público para exigi-lo. Essa LDB nº 9394/96, no inciso X, artigo 3º (BRASIL, 1996), é a primeira das leis educacionais brasileiras e expressar uma concepção de educação que ultrapassa os muros da escola, apoiando-se no princípio da valorização da experiência extraescolar. Desta maneira, reconhecer a vinculação da educação com o mundo do trabalho e a prática social está assegurado no §2º, artigo 2º da LDB. (BRASIL, 1996, p. 38).

A Constituição Federal (1988) no Cap. III, Seção I art. 205, estabelece que “a educação [...] será promovida [...] visando o [...] preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

De acordo com Machado (1998), a indicação de educar para cidadania ocorre em vários outros artigos da Nova LDB, porém poucas mudanças poderão efetivamente dar-se de fato, se não houver vontade política, tanto dos governantes, quanto dos participantes do processo eleitoral.

Neste sentido, a escola concreta e real é o local onde ocorrem a articulação e a influência de elementos culturais e ideológicos heterogêneos, provenientes dos grupos sociais e de indivíduos presentes em seu cotidiano. Nesse contexto, as influências da legislação se dão de maneira apenas parcial e fragmentária.

Dessa maneira, Machado (1998) defende a ideia de que existe consenso de que a formação para a cidadania pertence à prática educativa. Porém, se o conceito de educação está vinculado à cidadania, o mesmo não acontece em relação ao conceito desta, pois, através dos tempos, não possui significação única.

2.3.1 Conceito de cidadania

-Para Ferreira (1993, p.19) existe grande dificuldade em se conceituar cidadania e isso se deve ao fato de que as representações que fazemos a seu respeito nem sempre equivalem a afirmações completamente corretas. Em alguns momentos, cidadania é tratada como “nacionalidade”, em outros “traz para si juízos de valor, aparecendo associada ao aspecto positivo da vida social do homem em contraste com a negatividade da não-cidadania, a marginalidade.” Para a autora, portanto, a dificuldade enfrentada para conceituar cidadania decorre, em grande parte, do ponto de vista substantivo e não nominal.

Segundo DaMatta (1985, p.56), as concepções mais conservadoras de cidadania aplicam um grau extraordinário de institucionalização ao seu conceito, pois a tomam como algo inerente à natureza humana, enquanto, para ele, “ser cidadão é algo que se aprende e é algo demarcado por expectativas de comportamento singulares”.

Ainda segundo DaMatta (1985), cidadania não pode ser encarada como algo natural e presente onde quer que exista sociedade, mas sim como algo que precisa ser aprendido. O cidadão, como membro de uma sociedade, não pode se singularizar, pois tem como interlocutores outros cidadãos. Assim, não pode ser tomado por sua individualidade, mas um dentre outros, que compartilham os mesmos deveres e direitos. Essa identidade social só passa a existir se houver informação da dimensão política.

Essa ideia é reforçada por Fernandes (1996) que afirma que a cidadania só vem a se tornar legítima com a participação. Não obstante esse fato, a regulamentação de instrumentos participativos que venham a influenciar as decisões públicas, não garantem em si sua implementação.

Segundo Santos (1987, p. 7 apud BRZEZINSKI; SANTOS, 2015, p. 14), “No campo da retórica, o conceito de cidadania é um dos mais proclamados, anunciados e prometidos, mas, no campo dos fatos, é também um dos mais negligenciados.”

Ademais, o conceito de cidadania está intrinsecamente ligado ao desenvolvimento humano e suas relações sociais estão dentro do contexto do Estado, portanto, seu conceito não é determinado, sua compreensão varia no tempo e no espaço, modificando-se a depender do jogo de interesses de quem busca ser cidadão.

O filósofo Aristóteles define o cidadão como aquele que possui poder para participar de decisões legais e políticas, deliberativas ou judiciais, podendo governar e ser governado, comparando-o ao marinheiro:

[...] podemos comparar os cidadãos aos marinheiros: ambos são membros de uma comunidade. Ora, embora os marinheiros tenham funções muito diferentes, um empurrando o remo, outro segurando o leme, um terceiro vigiando a proa ou desempenhando alguma outra função que também tem seu nome, é claro que as tarefas de cada um têm sua virtude própria, mas sempre há uma que é comum a todos, dado que todos têm por objetivo a segurança da navegação, à qual aspiram e concorrem, cada um à sua maneira. De igual modo, embora as funções dos cidadãos sejam dessemelhantes, todos trabalham para a conservação de sua comunidade, ou seja, para a salvação do Estado. Por conseguinte, é a este interesse comum que deve relacionar-se a virtude do cidadão. (Aristóteles, 2006, p. 32).

Bobbio (1988 apud VILLELA, 2008, p. 24) “afirma que a ideia de igualdade na liberdade toma como referência a compatibilidade entre a liberdade de todos os cidadãos, que se refere aos direitos jurídicos – todos são iguais perante a lei – e aos direitos civis fundamentais”. Dessa forma, cidadania e direito estão intimamente relacionados, uma vez que a ideia de cidadania está diretamente imbricada aos preceitos contidos na Declaração Universal dos Direitos Humanos ao se observar os direitos previstos a qualquer pessoa. Assim, ao se integrar ao Estado por uma vinculação jurídica, adquire a condição de cidadão universal, como bem observa Dallari (1989, p. 85):

A condição de cidadania depende sempre de condições fixadas pelo próprio Estado, podendo ocorrer com o simples fato do nascimento em determinadas circunstâncias, bem como pelo atendimento de certos pressupostos que o Estado estabelece. A condição de cidadão implica em direitos e deveres que acompanham o indivíduo mesmo quando se ache fora do território do Estado.

Conforme o mesmo autor, Dallari (2004, pág. 24), “a cidadania expressa um conjunto de direitos que dá à pessoa a possibilidade de participar ativamente da vida e do governo de seu povo”.

A cidadania não se restringe a delegação ao Estado da tarefa de promover a justiça social, concepção equivocada nas ideias de assistencialismo e paternalismo, mas compreende uma postura ativa dos cidadãos, uma vez que são eles que possuem as condições para promover a transformação de sua realidade (BITTAR, 2004).

2.3.2 Cenário do ensino público atual

Por sua vez, o ensino público gratuito, “direito do povo e dever do Estado”, tem sido oferecido como um “favor” da classe política ao povo. A qualidade desse ensino vem sendo relegada à condição de não repetência, e diminuição da evasão, desconsiderando-se os aspectos pedagógicos, seus valores, sua importância, seus métodos, seus objetivos e, o mais importante, a preocupação com a formação integral do futuro cidadão.

Neste sentido, percebe-se que ainda hoje é fortemente valorizado um ensino elitista que privilegia o aspecto formal da educação, à qual os pertencentes às classes menos favorecidas têm acesso apenas parcial, se não de maneira clara e transparente, de forma velada e sutil, muitas vezes obscurecida por questões políticas e econômicas.

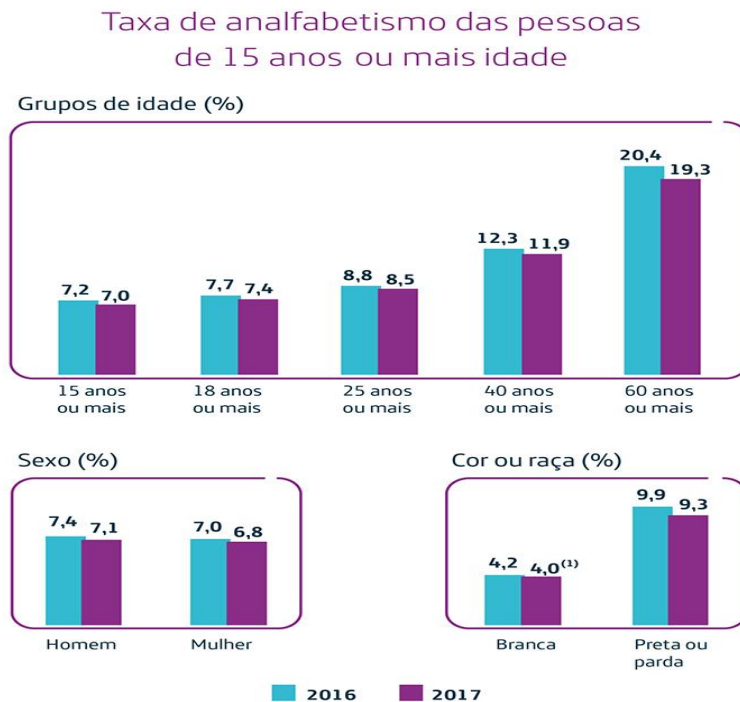
É nesse momento que o jovem pode vir a se utilizar do que Chaui (1994) denomina de “contraviolência” (considerada por ela como um tipo de reivindicação de direitos), para garantir que ele seja visto como um sujeito. Ou melhor, alguém que tenha direitos, podendo, no mínimo, desfrutar de certa condição que deveria lhe ser assegurada e proporcionada, e que não é. Assim, existe a possibilidade de que, esta violência que aqui é enxergada como agressividade, seja um meio encontrado pelos indivíduos para reivindicar o espaço público que lhes têm sido segregados. Essa forma de atuação pode ser interpretada como maneira equivocada de pleitear seus direitos, mas os que a praticam, faz-nos ao menos como um vislumbre daquilo que entendem por cidadania. (CUNHA, 2018)

A seguir confira cinco dados alarmantes trazidos pela pesquisa Educação 2017 e algumas soluções apontadas por especialistas:

➤ O Brasil tem 11,5 milhões de analfabetos

O gráfico a seguir apresenta a realidade brasileira com relação aos índices de analfabetismo.

Gráfico nº 1 – Taxa de analfabetismo no Brasil



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por amostra de Domicílios Contínua 2016-2017.

(1) Variação não significativa ao nível de confiança de 95%.

Fonte: IBGE, 2017

Em 2017, 7% das pessoas com mais de 15 anos não sabiam ler nem escrever, o que equivale a 11,5 milhões de analfabetos. O número caiu nos últimos anos, mas ainda longe da meta intermediária do PNE, de redução da taxa para 6,5% em 2015, com erradicação até 2024.

➤ Aumentou o número de jovens ‘nem-nem’

Dos 48,5 milhões de jovens de 15 a 29 anos, 23% (11,2 milhões) não trabalham, nem estudam ou se qualificam. Esse contingente cresceu quase 6% de 2016 para 2017, o que equivale a mais de 600 mil pessoas. A taxa é maior para mulheres (28,7% contra 17,4% de homens) e entre pessoas da cor preta e parda (25,9% frente a 18,7% de brancos).

➤ Trabalho é a maior justificativa para a evasão escolar

São mais de 25 milhões de jovens de 15 a 29 anos que não concluíram a graduação e não frequentam a escola, tampouco cursos pré-vestibulares ou técnicos. O grupo é majoritariamente composto por pessoas da cor preta ou parda (64,2%) e homens (52,5%).

Ademais, os principais motivos citados para a interrupção dos estudos são trabalho (39,7%), falta de interesse (20,1%) e cuidar de pessoas ou afazeres domésticos (11,9%).

Sobre isso, afirma OLIVEIRA (2001):

Na tentativa de explicar as causas da evasão escolar alguns estudos mostraram que os fatores vinculados aos alunos, como sua motivação, sua capacidade ou herança genética podem determinar certa ação. Outras perspectivas deram ênfase aos fatores sociais e culturais. Visões alternativas apontam fatores individuais, sociais e econômicos, e atribui responsabilidade maior ao próprio sistema educacional, ao funcionamento das escolas e ao estilo de ensino dos professores. Pode se dizer que o fracasso escolar é produto da interação de três tipos de determinantes: Psicológicos: referentes a fatores cognitivos e psicoemocionais dos alunos. (BRASIL, 2006); Socioculturais: relativos ao contexto social do aluno e as características da sua família.

O fenômeno da evasão e repetência longe está de ser fruto de características individuais dos alunos e suas famílias. Ao contrário, refletem a forma como a escola recebe e exerce ação sobre os membros destes diferentes segmentos da sociedade. (BRANDÃO, 1983, p. 38-69)

De acordo com Azevedo (2011, p.05), o problema da evasão e da repetência escolar no país tem sido um dos maiores desafios enfrentados pelas redes do ensino público, pois as causas e consequências estão ligadas a muitos fatores como social, cultural, político e econômico, como também a escola onde professores têm contribuído a cada dia para o problema se agravar, diante de uma prática didática ultrapassada.

➤ **Distorção idade-série ainda é grande para o Ensino Médio**

Outra meta do PNE (Plano Nacional de Educação) que não foi alcançada é a de garantir que 85% dos estudantes do Ensino Médio estejam frequentando a série esperada para a idade. Em 2017, apenas 68,4% dos alunos tinham entre 15 e 17 anos, faixa etária que idealmente é prevista para quem cursa a última etapa da educação básica. São quase 2 milhões de estudantes atrasados.

Desmotivação e desconexão com os colegas de turma são grandes problemas do atraso escolar, além da dificuldade para acompanhar o conteúdo ensinado, uma fragilidade que geralmente vem do ensino fundamental. Um dos caminhos para a redução da distorção é mapear as dificuldades dos alunos e fazer com que a escola ofereça alternativas para que o estudante tenha uma aprendizagem mais significativa e eficiente. (FUNDAÇÃO TELEFONICA, 2018).

➤ Pesquisa Censo - 2018

Ademais, O Censo (2018) relativo ao ano passado mostrou vários dados. No Brasil todo, foram 1,3 milhão de matrículas a menos, contabilizando cerca de 2 milhões de crianças e adolescentes de 4 a 17 anos fora da escola. Dentre estes, a maior taxa é a dos adolescentes de 15 a 17 anos, nesta última idade, um número absurdo: 915.455 que hoje não estudam.

No Ensino Médio, desde 2014, houve uma redução de 7,1% das matrículas. Só de 2017 para 2018, mais de 220 mil jovens a menos na escola – e a imensa maioria nas escolas públicas.

O Censo também mostra outros dados importantes. Dentre os professores do Ensino Médio, 38,1% não são licenciados na área específica em que lecionam. E no Fundamental 2, 48,3% não tem formação específica na área em que lecionam.

Quem já ao menos entrou em uma escola pública brasileira (que é a imensa maioria no país – 77,7% segundo o Censo, e que concentra a maior parte dos alunos) sabe que a precarização impera em todos os âmbitos. Quem já ao menos conversou com um professor, sabe que esta é das áreas de trabalho mais mal pagas e com condições de trabalho mais degradantes, dentre as profissões que exigem ensino superior. O próprio Censo nos trouxe alguns dos dados que comprovam este cenário, como apontamos acima. (CENSO, 2018)

3. METODOLOGIA

Escola Pública Municipal de Educação Básica Ari Lacerda Rodrigues, está localizada R. Primeiro de Maio, 180 - Bairro dos Casa, São Bernardo do Campo - SP, 09840-770, fazendo parte da Administração Pública da Cidade de São Bernardo do Campo.

A Escola Municipal de Educação Básica do Jardim Ipê II passou a se chamar Ari Lacerda Rodrigues. A denominação oficial aconteceu segunda-feira, 12/9/2005, em solenidade que contou com a presença do prefeito William Dib, autoridades municipais e familiares do homenageado. O nome da unidade foi definido pelo projeto de lei n.º 5.323 de 20 de julho de 2004, de autoria dos então vereadores Hiroyuki Minami e Edinho Montemor, hoje deputado federal. A escola foi inaugurada em 2003 e atende 1.024 alunos de 1ª a 5ª série.

Um dos problemas enfrentados por esta escola supracitada e dentre outras da cidade de São Bernardo do Campo, está relacionada à violência. Violência esta que pode abranger furtos, vandalismo, invasões etc.

A busca por esse compreender a respeito do referido tema, surgiu a partir da pesquisa bibliográfica. A linha teórica desenvolvida e abordada foi bastante diversificada, onde envolveu a consulta a vários sites, jornais e artigos relacionados ao sistema de educação brasileiro. A metodologia de utilizada será da maneira bibliográfica e descritiva.

Segundo Cervo, Bervian e da Silva (2007, p.61), a pesquisa bibliográfica “constitui o procedimento básico para os estudos monográficos, pelos quais se busca o domínio do estado da arte sobre determinado tema.”

Ainda segundo os autores supracitados acima, sobre a pesquisa descritiva, este tipo de pesquisa ocorre quando se registra, analisa e correlaciona fatos ou fenômenos, sem manipulá-los (CERVO; BERVIAN; DA SILVA, p. 79, 2007).

Segundo Barros e Lehfelld (2000, p.71) por meio de pesquisas descritivas, procura-se descobrir com que frequência um fenômeno ocorre, sua natureza, suas características, causas, relações e conexões com outros fenômenos.

Neste sentido, será feito um levantamento de dados bibliográficos bem como levantamento descritivo de dados, com a finalidade de entender a frequência e causas dos fenômenos relacionados à educação pública e a Escola Pública Municipal de Educação Básica Ari Lacerda Rodrigues.

3.1 INSTRUMENTOS E PROCEDIMENTOS DE COLETA DE DADOS

Todos os 10 vigilantes que preencheram o questionário atuaram como vigilantes patrimoniais na Emeb. Ari Lacerda Rodrigues, no período de 2016 a 09/05/2019. A empresa de segurança privada responsável por esses profissionais na época era a “Skill segurança patrimonial.

Vale ressaltar que a escola não dispõe de vigilantes 24 horas, são 2 profissionais que atuam em dias intercalados na escala 12x36 (plantonistas) no horário comercial. A noite são ativados os sensores de presença (quando acionados o sinal vai até a base do guarda civil municipal, que por sua vez, envia uma viatura a escola).

Participaram no preenchimento do questionário o total de 10 vigilantes patrimoniais.

- Os 10 vigilantes possuem Certificado de Conclusão do Curso de Formação de vigilante patrimonial, reciclagem ativa e a (CNV) carteira nacional de vigilante (porte obrigatório no exercer da função).
- Os 10 vigilantes que atuaram na escola trabalharam ou trabalham na jornada de trabalho a seguir: 03 fixos, 04 feristas e 03 folguistas.
- O tempo de experiência dos profissionais de segurança na área de vigilante patrimonial que atuaram na escola: 02 pessoas= 1 a 3 anos, 04 pessoas= 4 a 6 anos, 03 pessoas= 7 a 9 anos e 01 pessoa= 10 anos ou mais.
- Os sistemas de segurança, vigilância e proteção existentes na escola, os 10 vigilantes responderam Sensores de presença e botão de pânico.

4 APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

No que se refere à violência nas escolas, percebe-se que este problema não está relacionado a um único fator, mas envolve questões sociais, abrangendo aspectos familiares, o contexto onde a escola está inserida e a atuação do poder público. Dessa forma, para solucionar esse problema, é preciso, antes de tudo, conhecer as experiências vividas pelo aluno na escola e fora dela, como no seio familiar e na convivência social e deve-se existir um conjunto de ações participativas entre os envolvidos: os familiares, a direção das escolas, os próprios alunos e o Estado. Neste sentido, nesse capítulo será analisado e demonstrado dados a respeito da violência e sistemas de segurança relacionados à ESCOLA PÚBLICA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO BÁSICA ARI LACERDA RODRIGUES.

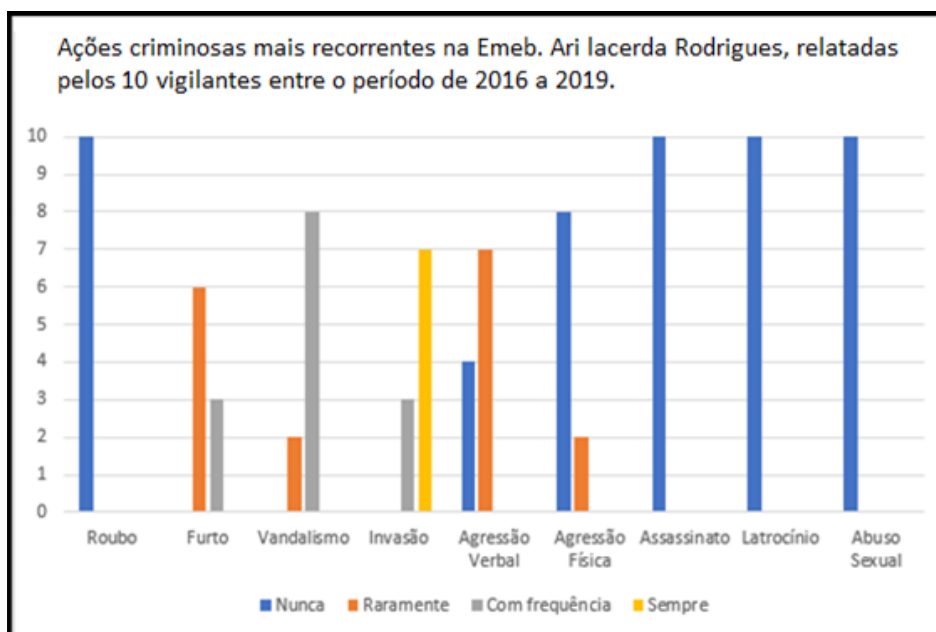
Podemos notar diante do gráfico abaixo que o vandalismo impera na escola em questão. Escolas do Estado de São Paulo sofrem com o vandalismo todos os anos. Entre 2016 e 2017 cerca de cinco mil escolas estaduais foram depredadas, o que custa em média 100 a 200 milhões de reais aos cofres públicos para reparos. Arrombamentos, furtos de torneiras, cabos de energia elétrica, internet e telefone, subtração de alimentos e tomadas, vidros e vasos sanitários quebrados, esvaziamento de extintores são os principais focos de vandalismo. (APARECIDA, 2018).

Em segundo lugar temos as agressões verbais.

Um relatório realizado pelo Tribunal de Contas do Município de São Paulo apontou a violência como um dos principais problemas nas escolas municipais de Ensino Fundamental da capital paulista. Casos de agressões verbais foram relatados em 77% das escolas. Entre os professores, 67,9% dos entrevistados relataram ter sofrido agressão verbal de aluno ou responsável por aluno. (GLOBO, 2019)

Abaixo se demonstra algumas informações coletadas a respeito da referida escola em análise:

Gráfico nº 2: Ações Criminosas



Fonte: Pesquisa do Autor da Monografia (2019)

Diante do gráfico nº 1, podemos perceber que são diversas as ações criminosas recorrentes na EMEB. Sendo assim, as escolas não têm sido mais um ambiente de segurança e proteção. Ao longo dos anos o que se tem visto é um aumento generalizado da violência dentro dos portões das escolas em todo o Brasil. Furtos, agressões físicas e verbais, tráfico e consumo de drogas tem sido parte do cotidiano de diversas instituições de ensino.

Neste sentido, partindo da perspectiva que para solucionar o problema da violência na escola deve-se ter um trabalho conjunto, se faz necessário a presença do poder público por meio da criação de políticas públicas voltadas para a redução da violência, capacitação dos professores, intermédio entre escola, comunidade e família e ainda o cuidado com o entorno das escolas.

Política pública é “ação que nasce do contexto social, mas que passa pela esfera estatal com uma decisão de intervenção pública numa realidade social determinada, que seja ela econômica ou social” (BONETI, 2003, p.19- 20). Dessa forma, visualizando a realidade em que as escolas estão inseridas é papel da administração pública com apoio dos governos federal, estaduais e municipais e da sociedade civil buscar meios de intervir de forma positiva nessa realidade. Para Abramovay (2003), no livro “Violências na Escola”, no que se refere às escolas, é necessário o envolvimento de todo o corpo docente, alunos, pais, funcionários, mídia, polícia etc. Para ela também, as secretarias estaduais e municipais de educação devem acompanhar o processo de implementação de medidas contra a violência nas escolas, para que

assim possa contribuir com a preparação de pessoal e de material para treinamento de funcionários, discutindo ainda políticas de gestão e segurança com autoridades escolares e com a comunidade.

Ademais, a expressão “relação família-escola” designa, neste texto, todo tipo de ligação e de interações entre atores familiares e escolares, admitindo “um continuum que vai desde a cooperação ao conflito” (SILVA, 2002, p. 101). De fato, se por um lado os estudiosos são unânimes em reconhecer a intensificação dos contatos entre as duas instituições, por outro lado encontram-se também frequentes referências às tensões e ambiguidades que permeiam essa relação (MONTANDON, 1996; SILVA, 2003; SILVA, 2013), cuja complexidade e assimetria são consensualmente reconhecidas (NOGUEIRA; ROMANELLI; ZAGO, 2003).

Silva (2003, 2007) identifica, na relação família-escola, duas vertentes – a escola e o lar – e duas dimensões de atuação – a individual e a coletiva. A primeira vertente (“escola”) inclui todas as atividades realizadas pelos pais na instituição de ensino, tais como reuniões, conversas, participação em eventos e em órgãos de gestão etc. Segundo o autor, essa é a face mais visível da relação família-escola, que tende a ser identificada apenas com tais atividades. Entretanto, Silva lembra que fazem parte também dessa relação todas as ações desempenhadas em casa pelo aluno e/ou por seus responsáveis, relacionadas com a escola – as quais comporiam, então, a vertente “lar”: realização e acompanhamento dos deveres de casa, apoios e incentivos de diversas ordens etc. Neste trabalho, a ênfase recairá sobre a “vertente escola”, já que é sobre ela que incide a regulamentação legal.

Compreendendo-se “relação família-escola” não necessariamente como cooperação ou aproximação, mas como uma ligação ou associação entre essas duas instâncias, pode-se supor que tal ligação aconteça com diferentes níveis de envolvimento. Lima (2002) aponta, em relação ao envolvimento dos pais na vida da escola, três patamares distintos, de profundidade e de complexidade crescentes.

Neste sentido, a família é o sustentáculo da vida, com ela aprendemos o que é ser ético, respeitar a diferença de cada ser, os limites que nos temos, enfim é o início para convivermos em sociedade. Ela que nos enche de carinho e amor é o nosso bálsamo de segurança e conforto para enfrentar qualquer problema que venha adiante.

Quando a procedência é desestruturada, os componentes dessa trazem consigo grandes problemas na sociedade e conflitos emocionais que geram distúrbios de aprendizado entre outros que danifica a sua vida em todos os aspectos.

“A força dos pais está em transmitir aos filhos a diferença entre o que é aceitável ou não, adequado ou não, entre o que é essencial e supérfluo, e assim por diante.” (TIBA, 1996, p. 16)

Em complemento temos que “As instituições de ensino, cuja tarefa é introduzir as crianças nas normas da sociedade, muitas vezes se omitem. O professor também perdeu a autoridade inerente à sua função. Quanto maior a perda, mais anárquica tornou-se a aula.” (TIBA, 1996, p. 18)

Sabe-se que a violência se inicia dentro da própria família e é transferida para as escolas.

A violência é uma semente colocada na criança pela própria família, que, encontrado terreno fértil dentro de casa, se tornará uma planta rebelde na escola, expandindo-se depois em direção à sociedade. Quando os pais deixam de o filho fazer tudo o que deseja, sem impor-lhes regras ou limites, ele acredita que suas vontades são leis que todos devem acatar. Então, se um dia alguém a contrária, esse filho pode tornar-se, num primeiro momento, agressivo, mas depois partir para a violência, exigindo que se faça aquilo que ele quer. (TIBA, 1996, p. 152)

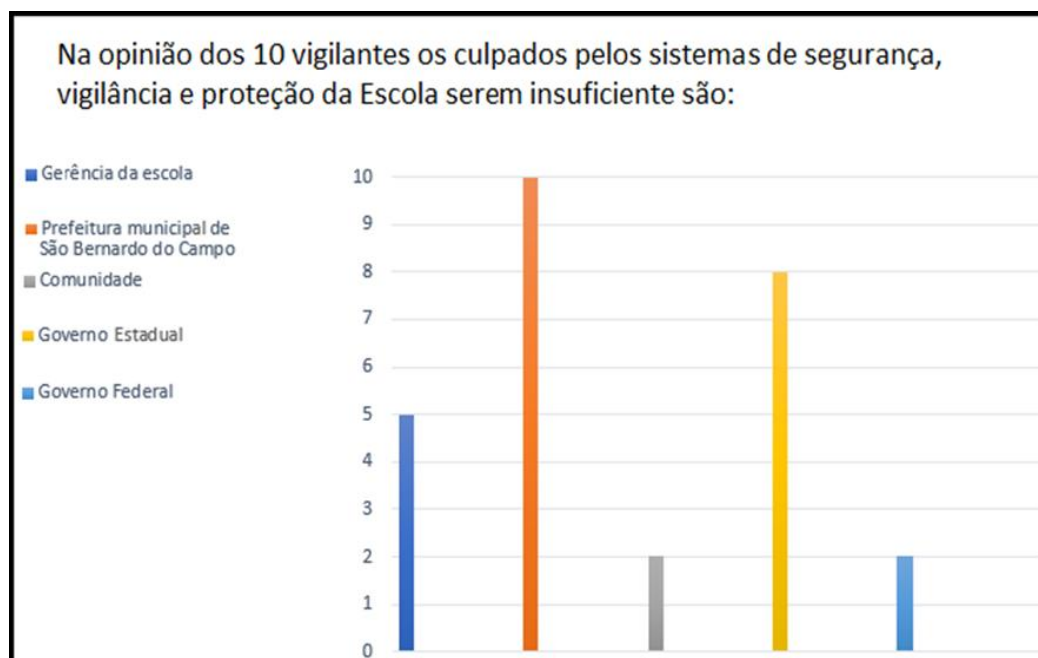
Se a família não cuidar da educação da criança desde cedo o que provavelmente acontecerá são distúrbios de comportamento, ocasionando agressividade, brutalidade entre colegas e professores, o que tem sido mais comum.

De acordo com (CANDAL, 1999, s/p apud ARAUJO, 2004, p.43) as violências relatadas por educadores são “as agressões e brigas entre alunos e as agressões entre os alunos e os adultos. Aqui, incluem-se as ameaças aos professores, as agressões verbais, físicas e psicológicas.”

Consequentemente os distúrbios que são as causas da indisciplina, podem e geram grandes desastres, como a violência, falta de respeito e agressividade dentro das escolas e da sociedade. Assim muitos pais delegam a educação dos filhos a outras pessoas.

Desta maneira, os pais podem sim, ajudar no ambiente da segurança escolar, não necessariamente na questão financeira, mas sim, na questão emocional, educando e dando todo suporte emocional aos seus respectivos filhos.

Gráfico nº 3: Sistema de Segurança



Fonte: Pesquisa do Autor da Monografia (2019)

Um levantamento *Connected Smart Cities*, realizado pela consultoria Urban Systems e divulgado nesta semana, colocou São Bernardo entre as 30 cidades brasileiras com melhores índices de Segurança Pública no Brasil. A cidade foi a única do Grande ABC a figurar o ranking, garantindo a 24ª posição – à frente de grandes capitais, como Recife (PE), Aracaju (SE) e Campo Grande (MS). A consultoria levou em consideração seis critérios para elaboração do estudo: o monitoramento de áreas de risco; iluminação pública; taxa de homicídios; acidentes de trânsito; despesas com segurança, além do efetivo de policiais, guardas-civis municipais e agentes de trânsito. Cada indicador recebeu um peso de acordo com sua relevância – totalizando seis pontos.

Esse é o resultado mostra que estamos colocando São Bernardo no caminho certo em todos os aspectos. Nossa meta é fazer da cidade uma referência em sistemas de inteligência e efetividade no combate ao crime. Esta foi, inclusive, uma das principais demandas da sociedade apontadas por meio do “Governar com Você”, destacou o prefeito Orlando Morando.

Uma das principais ações na área é a operação “Noite Tranquila”, implementada pela nova gestão com objetivo de coibir a realização dos chamados pancadões e outras atividades

irregulares na cidade. A ação Inter secretarial também conta com apoio das pastas de Serviços Urbanos, Obras, Transporte e Vias Públicas, além da Vigilância Sanitária.

Desde seu lançamento, a operação já interditou diversos estabelecimentos com grande recorrência de reclamações de barulho e enquadrrou bares e lanchonetes por irregularidades quanto aos padrões sanitários em bairros como Vila São Pedro, Calux, Montanhão, entre outros, além de regiões como entorno da Universidade Metodista de São Paulo e Avenida Kennedy. Além disso, dissipou tumultos e brigas causados por consumo excessivo de álcool e entorpecentes, com abordagem minuciosa sobre mais de mil pessoas suspeitas.

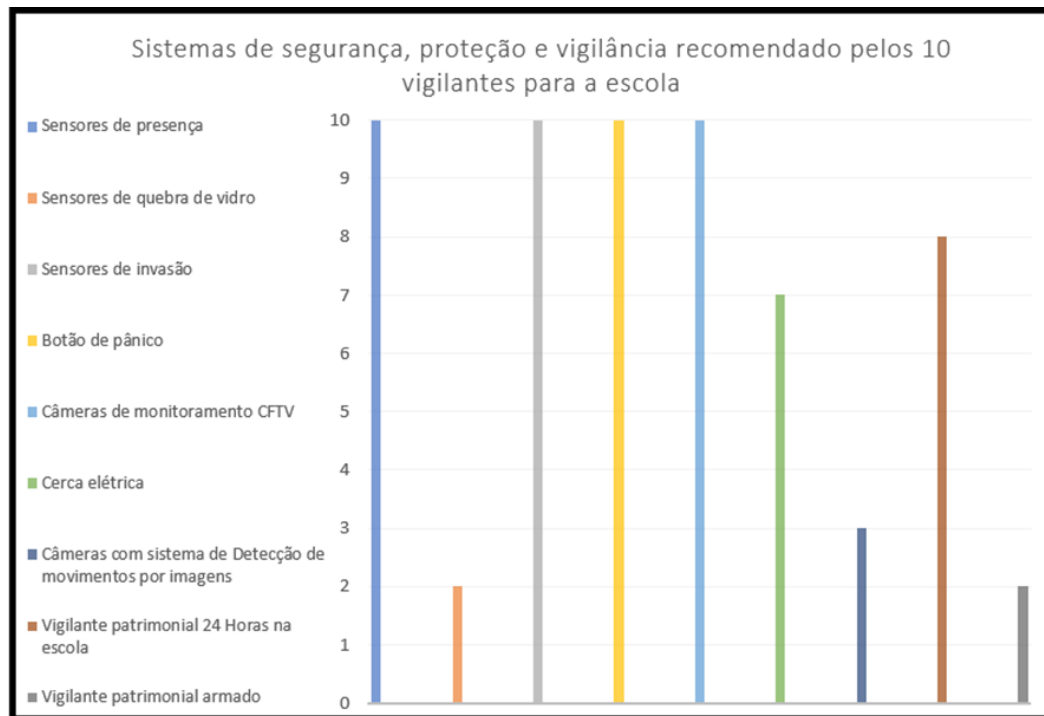
Monitoramento – Na área de monitoramento permanente, a Guarda Civil Municipal (GCM), mantém o Centro Integrado de Monitoramento (CIM) ligado a uma moderna rede de 400 câmeras estrategicamente posicionadas em todos os cantos da cidade. Deste total, 280 equipamentos estão instalados em áreas externas das escolas, integradas entre a GCM, o Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (Samu) e o departamento de trânsito da cidade. A nova gestão também equipou a guarda municipal com tecnologia GPS, a fim de qualificar ainda mais o trabalho da corporação. “Todas essas ações que vêm sendo realizadas na cidade reforçam o novo tratamento que GCM de São Bernardo está recebendo nesta gestão, com fornecimento de equipamentos adequados, renovação da frota e outras ações que fortalecem a atuação destes profissionais”, destacou o secretário de Segurança Urbana, Coronel Alberto dos Santos. (FOLHA DO ABC, 2017).

No mais, também visando à segurança pública de São Bernardo do Campo, o Governo de São Paulo autorizou a implementação da COI.

O Centro de Operações Integradas irá congregiar no mesmo espaço as polícias Militar, Civil, Guarda Civil e vai integrar também Corpo de Bombeiros, Defesa Civil e outros órgãos.

“Uma iniciativa valorosa do Prefeito Orlando Morando, que já em janeiro, na nossa posse, anunciou que faria isso, e fez. Em agosto, o primeiro COI será inaugurado em São Bernardo do Campo e irá operar de forma exemplar, servindo inclusive de referência para os demais COIs que serão implantados gradualmente em outras cidades do Estado de São Paulo”, disse Doria.

Gráfico nº 4: Sistemas de Segurança na Escola



Fonte: Pesquisa do Autor da Monografia (2019)

Dados do 12º Anuário de Segurança Pública mostram que o investimento em segurança pública pelo Governo Federal aumentou 6,9% no último ano, chegando a R\$ 9,7 bilhões. Os Estados investiram cerca de R\$ 69,8 bilhões nesta área e os municípios reduziram em 2% seus investimentos, aplicando R\$ 5,1 bilhões. Ao todo, foram investidos R\$ 84,7 bilhões em ações de prevenção e combate à violência – o que corresponde a 1,3% do PIB e a um investimento de R\$ 408,13 por cidadão.

Neste sentido, nota-se que os sistemas de segurança pública proporcionam um alto nível de integração entre as diferentes plataformas e bases de dados existentes para o registro de ocorrências e as diferentes ações de combate ao crime são fundamentais na prevenção, no planejamento e na execução de operações.

Conclusões a respeito da entrevista feita com os seguranças da escola:

- Na opinião dos 10 vigilantes os sistemas de segurança, vigilância e proteção da escola são **insuficientes**.
- Entre os 10 vigilantes que avaliaram os sistemas de segurança, proteção e vigilância da Escola, 03 pessoas opinaram regular e 07 pessoas péssimo.

- Os 10 vigilantes acreditam que é essencial à presença de um vigilante patrimonial 24 horas na escola, mesmo se existisse um sistema eletrônico de segurança, vigilância e proteção completo e eficiente. Na opinião deles esses sistemas eletrônicos são apenas ferramentas que ampliam a eficiência da segurança e nada substitui a presença física de um agente de segurança treinado e capacitado.
- Outro ponto que merece seu devido destaque é sobre os custos. Pressionadas a buscar soluções próprias para a crise na segurança, colégios privados aumentam investimentos em prevenção, o que também se reflete nas mensalidades. Ainda antes do episódio da tentativa de assalto que resultou na morte da mãe de um aluno que esperava o filho sair da aula, em 25 de agosto deste ano, em frente à Escola Dom Bosco, na zona norte da Capital, o Sindicato do Ensino Privado do Rio Grande do Sul (Sinepe-RS) havia lançado pesquisa para saber o grau de preocupação das associadas com o tema. O resultado de 84 respostas apontou que 67,9% aumentaram investimentos em segurança em relação a 2015. O Colégio Santa Inês, no bairro Petrópolis, na Capital, é exemplo da situação. Nos últimos dois anos, investiu R\$ 250 mil em sistemas de segurança. O gasto mensal com o custeio na área pulou de R\$ 16 mil para R\$ 23 mil. Para tentar aplacar a preocupação da comunidade escolar, o Santa Inês mais do que dobrou o número de câmeras, monitorando principalmente as cercanias do colégio, que também ganharam mais iluminação. Contratou vigilantes próprios, treinados para abordagem adequada a pais, alunos e professores. Instalou controle de acesso nas entradas. Criou portaria que dá acesso mais rápido do estacionamento. Negociou com o estacionamento terceirizado isenção de meia-hora para familiares que vão deixar os filhos na escola, ao custo de R\$ 7 mil por mês. (GAUCHAZH, 2018)
- A título de exemplo podemos citar a SEDU. Para ampliar o controle de acesso e segurança nas escolas da Rede Estadual, a Secretaria de Estado da Educação (Sedu) destinou R\$ 3.808.000,00 para os 378 Conselhos de Escola. A ação faz parte do Programa Estadual Dinheiro Direto na Escola (PEDDE), que concede autonomia de gestão financeira às unidades escolares. As escolas poderão cobrir despesas referentes à aquisição, manutenção e instalação de itens pertinentes ao controle de acesso à escola, como fechadura elétrica, automação do portão, interfone e afins; além de aquisição, manutenção e instalação de câmera de vídeo monitoramento.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa está vinculada ao curso de Especialização em Segurança Privada da Universidade do Sul de Santa Catarina. Buscou-se, como se viu, investigar um assunto interdisciplinar que abrange a Segurança Escolar nas escolas públicas, dando um enfoque maior, no estudo da ESCOLA PÚBLICA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO BÁSICA ARI LACERDA RODRIGUES, relacionado aos problemas oriundos da violência escolar.

Conforme exposto ao diante deste trabalho, a violência não é um problema médico típico, é, fundamentalmente, um problema social que acompanha toda a história e as transformações da humanidade.

Ao longo do tempo e da percepção do ser humano foram abrangidos novos tipos de violências como: discriminação por cor, sexo, idade, etnia, religião, escolha sexual, entre outros.

Outro ponto que foi devidamente destacado, é que nas escolas a violência é manifestada das mais diversas formas, tornando-se objeto da atenção de toda a sociedade, principalmente de estudiosos e pesquisadores.

Ademais, foi discorrido que a violência na escola é aquela que se produz dentro do espaço escolar, sem estar ligada a natureza e às atividades da instituição escolar: quando um bando entra na escola para acertar contas das disputas que são as do bairro, a escola é apenas o lugar de uma violência que teria podido acontecer em qualquer outro local. A violência à escola está ligada a natureza e às atividades da instituição escolar: quando os alunos provocam incêndios, batem nos professores, ou os insultam, eles se entregam a violência que visam diretamente à instituição e aqueles que a representam.

Por sua vez, a escola é um ponto importante nessa tarefa de solucionar o problema da violência e delinquência de adolescente, jovens e, até mesmo de crianças, pois, como espaço privilegiado de convívio e de formação da pessoa, precisa ter qualidade e se integrar à comunidade a sua volta social já existente. Nessa perspectiva, ela é uma instância social voltada à transformação dos indivíduos, tornando-os autônomos, críticos, criativos e produtivos, capazes de desenvolver habilidades, de construir conhecimentos e de se apropriar dos valores éticos, necessários à convivência social.

Ademais, o objetivo geral deste trabalho era analisar se os sistemas de vigilância, proteção e segurança existentes na Escola Pública Municipal de Educação Básica Ari Lacerda Rodrigues, onde ficou demonstrado que são ineficientes.

Por sua vez, como objetivo específico foi proposta uma análise de como funciona o sistema de segurança da Escola Pública Municipal de Educação Básica Ari Lacerda Rodrigues por meio de um levantamento dos pontos fortes e fracos sob o ponto de vista da prevenção, bem com análise de detalhes peculiares a respeito da referida escola.

Diante do levantamento de dados a respeito da Escola, também ficou demonstrado que a Escola necessita de um reforço na segurança escolar, e que a segurança atual, é considerada de média a ruim.

Em linhas gerais, percebeu-se a partir dos resumos, que as abordagens predominantes nas produções relacionadas a essa temática no Brasil se baseiam, em sua grande maioria, nas perspectivas sociológicas e psicológicas.

Os resumos analisados na perspectiva psicológica baseiam-se, em sua grande maioria, na percepção de professores e ou alunos vítimas de ações discriminatórias, percepções advindas de um ambiente violento, nesse caso, o ambiente escolar. Não podemos, no entanto, afirmar isso categoricamente, pelo fato de não termos, em virtude do pouco tempo destinado para esta pesquisa, lido e analisado os artigos na íntegra.

Embora ainda incipientes os estudos visualizaram o relevante papel dos grupos de pesquisa, bem como das associações de pesquisadores, mesmo que de outras temáticas, para o estímulo da produção científica relacionados a violência no ambiente escolar.

Por fim, a partir do que foi exposto, ressalto a importância, bem como a necessidade, de se estabelecer o fortalecimento de programas institucionais que abordem como tema central a violência escolar e seus temas correlatos.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, Mirian (Coord). **Cotidiano das escolas: entre violências**. Brasília: UNESCO, 2005.
- ABRAMOVAY, M. **Escola e violência**. Brasília: 2002. UNESCO Brasil.
- ABC, Folha. **S.Bernardo está entre as 30 cidades mais seguras do País**. Disponível em: <<http://folhadoabc.com.br/index.php/secoes/cidade/item/8120-s-bernardo-esta-entre-as-30-cidades-mais-seguranca-do-pais>> Acesso em 03/06/2019.
- AMARAL, João J. F. **COMO FAZER UMA PESQUISA BIBLIOGRÁFICA**. 2007. Disponível em: Acesso em: 12/10/2018
- ASSIS, S. G., Avanci, J. Q., Pesce, R. P., & Ximenes, L. F. (2009). **Situação de crianças e adolescentes brasileiros em relação à saúde mental e à violência**. *Ciência e Saúde Coletiva*, 14(2), 349-361.
- ARISTÓTELES. **A política** – Volume 61. [s.n.]: Martin Claret, 2006. (Coleção a Obra-prima de cada autor).
- APARECIDA, Rádio. **Vandalismo em escolas de SP causam prejuízo a cofres públicos**. Disponível em: <<https://www.a12.com/radio/noticias/vandalismo-em-escolas-de-sp-causam-prejuizo-a-cofres-publicos>> Acesso em 03/06/2019.
- BARROS, C. S. G. **Pontos de psicologia escolar**. São Paulo: Ática, 2004.
- BARROS, Aidil J. da Silveira; LEHFELD, Neide A. de Souza. **Fundamentos de metodologia científica: um guia para a iniciação científica**. São Paulo: Makron Books, 2000.
- BRASIL. **Constituição (1988) Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal 1988. 168p.
- BRASIL - Lei nº 9. 394 de 20/12/96 **Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação.**, Brasília: Diário Oficial, 1996.
- BONAMIGO, Irme Salete. **Violências e contemporaneidade**. Revista Katálisis, v. 11, n. 2, p. 204-213, jul./dez. 2008

BITTAR, Eduardo C. B. **Ética, educação, cidadania e direitos humanos**. Manole, Barueri, 2004.

Castro, M. L., Cunha, S. S., & Souza, D. P. (2011). **Comportamento de violência e fatores associados entre estudantes de Barra do Garças, MT**. *Revista de Saúde Pública*, 45(6), 1054-106

CERVO, A. L. & BERVIAN, P. A. **Metodologia científica**. 4 ed. São Paulo: Makron Books, 1996.

CENSO, Esquerda Diário. **Censo Escolar 2018: a evasão escolar continua aumentando; mas a “culpa” é dos alunos e dos professores?** Disponível em <<http://www.esquerdadiario.com.br/Censo-Escolar-2018-a-evasao-escolar-continua-aumentando-mas-a-culpa-e-dos-alunos-e-dos-professores>> Acesso em 03/06/2019.

CHARLOT, B. **A violência na escola: como os sociólogos franceses abordam essa questão**. *Revista Sociologias*. Porto Alegre, n.8, ano 4, jul./dez. 2002, p.432-443

CORTEZ, Vânia de Moraes Lima. **O Impacto da Violência Escolar sobre o aprendizado dos alunos**. 2012.

COSTA, Helen Regina. **Violência Escolar: Políticas Públicas e Programas no Município de São José dos Pinhais**. Curitiba – PR, 2011.

CUNHA, Ione. **EDUCAÇÃO, CIDADANIA E VIOLÊNCIA NAS ESCOLAS: DESAFIOS DOS NOVOS TEMPOS**. São Paulo- SP, 2018.

DAMATTA, Roberto. **A casa e a rua: Espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil**, São Paulo: Brasiliense, 1985.

DALLARI, D. de A. **Elementos de Teoria Geral do Estado**. 14. ed. São Paulo: Saraiva, 1989. Disponível em: <<https://direitosempre.files.wordpress.com/2013/03/elementos-de-teoria-gera-do-estado-dalmo-de-abreu-dallari.pdf>> . Acesso em: 22/05/2019.

DALLARI, Dalmo de Abreu, 1931- **Elementos de teoria geral do Estado** / Dalmo de Abreu Dallari. – 27. Ed – São Paulo: Saraiva, 2007

DIDOMENICO, Guilherme. **Aspectos fundamentais sobre a delinquência infanto-juvenil**. In: *Âmbito Jurídico*, Rio Grande, XIV, n. 93, out 2011.

IBGE, Fundação Telefônica. **Quatro dados alarmantes sobre a educação brasileira.** Disponível em: < <http://fundacaotelefonica.org.br/noticias/quatro-dados-alarmantes-sobre-a-educacao-brasileira/>> Acesso em 03/06/2019.

FERREIRA, A.B.H. **Novo Dicionário.** Aurélio da Língua Portuguesa. Rio de Janeiro: Nova fronteira, 2001.

FERREIRA, Nilda Tevês. **Cidadania: uma questão para a educação.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1993.

G1, Globo. **Quase 70% dos professores municipais de SP já sofreram agressão verbal de aluno, aponta relatório.** Disponível em: <<https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2019/03/19/quase-70-dos-professores-municipais-de-sp-ja-sofreram-agressao-verbal-de-aluno-aponta-relatorio.ghtml>> Acesso em 03/06/2019.

GULLO, Álvaro de Aquino e Silva. **Violência urbana: um problema social.** Tempo Social; Rev. Sociol. USP, S. Paulo, **10**(1):105-119, maio de 1998.

INTELIGENCIA, Escola Socioemocional. **Como lidar com a violência na escola?** Disponível em: <<https://escoladainteligencia.com.br/como-lidar-com-a-violencia-na-escola/>>. Acesso em 22/05/2019.

LEVISKY, David Léo. **A violência na sociedade contemporânea** [recurso eletrônico] / organizadora Maria da Graça Blaya Almeida. – Dados eletrônicos. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2010. 161 f.

MINAYO, Maria Cecília de S. **Violência social sob a perspectiva da saúde pública.** Departamento de Ciências Sociais da Escola Nacional de Saúde Pública, Rio de Janeiro, 2010.

MONTEIRO, Milena. **Indisciplina e agressividade:** prevenção e intervenção no contexto escolar. Disponível em: <<https://monografias.brasilecola.uol.com.br/educacao/indisciplina-agressividade-prevencao-intervencao-no-.htm>>. Acesso em 23/05/2019.

MONTEIRO, JANAINA. **Violência na Escola: Resgatar a Cidadania.** Disponível em:<<https://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/35436/HERYKA%20JANINA%20ROZA%20PEREIRA%20DA%20SILVA%20MONTEIRO.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>.

Acesso em 16.04.2019

ODALIA, Nilo. **O que é violência.** 6.ed. São Paulo: Brasiliense, 1991.

PONTES, Maria Vânia Abreu; DIAS, Luiz Felipe Araújo. **A precarização da vida na era do medo: — quem é o inimigo? quem é você?** Cadernos de Graduação. Publicação nº 1, Ano 1. Sobral.

TIBA, Içami. **Adolescentes: Quem Ama, Educa!** São Paulo: Ed. Integrare, 2005

SANTOS, Itamar Rocha. **Aspectos da violência urbana.** Cadernos de Ciências Sociais Aplicadas Vitória da Conquista-BA n. 5/6 p. 237-250 2009.

SOUZA, Mirian Rodrigues de. **Violência nas Escolas: Causas e Consequências.** 2008.

SCHILLING, F. **Violência nas escolas: explicitações, conexões.** Série cadernos temáticos dos desafios educacionais contemporâneos, v,4. Curitiba: SEED, 2008.

SPOSITO, Marília Pontes. **A instituição escolar e a violência.** Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo. Cadernos de Pesquisa. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, p. 1-18, 1998.

VERONESE, Josiane Rose Petry; OLIVEIRA, Luciene de Cássia Policarpo. **Educação versus punição.** + Blumenau: Nova Letra, 2008.